

Bruxelas, 17.5.2017
COM(2017) 242 final

ANNEX 1

ANEXO

do

**Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho
sobre a análise da aplicação prática do Documento Europeu Único de Contratação
Pública (DEUCP)**

Quadro 1: Data de entrada em vigor da legislação nacional que transpõe as Diretivas 2014/24/UE e 2014/25/UE — Situação em 5 de abril de 2017

Estados-Membros	Diretiva Clássica 2014/24/UE	Diretiva relativa aos Serviços de Utilidade Pública 2014/25/UE
Bélgica		
Bulgária	15.4.2016	15.4.2016
República Checa	1.10.2016	1.10.2016
Dinamarca	1.1.2016	1.1.2016
Alemanha	18.4.2016	18.4.2016
Estónia		
Irlanda	5.5.2016	5.5.2016
Grécia	8.8.2016	8.8.2016
Espanha		
França	1.4.2016	1.4.2016
Croácia	1.1.2017	1.1.2017
Itália	19.4.2016	19.4.2016
Chipre	28.4.2016	23.12.2016
Letónia	1.3.2017	1.4.2017
Lituânia		
Luxemburgo		
Hungria	1.11.2015	1.11.2015
Malta	28.10.2016	28.10.2016
Países Baixos	1.7.2016	1.7.2016
Áustria		
Polónia	28.7.2016	28.7.2016
Portugal		
Roménia	26.5.2016	26.5.2016
Eslovénia	1.4.2016	1.4.2016
República Eslovaca	18.4.2016	18.4.2016
Finlândia		
Suécia		
Reino Unido	18.4.2016	18.4.2016

Quadro 2: Número de visitantes individuais do serviço eletrónico DEUCP, em janeiro de 2017, por Estado-Membro

Estados-Membros	Visitantes individuais
Roménia	31561
Dinamarca	11217
Polónia	9049
Espanha	9444
Itália	6425
Grécia	3858
Noruega	4147
Alemanha	3427
França	3107
Finlândia	2959
Suécia	2327
Reino Unido	1945
Portugal	1221
Países Baixos	1231
Bulgária	781
Croácia	724
República Eslovaca	633
Hungria	617
Bélgica	596
República Checa	543
Eslovénia	443
Áustria	401
Suíça	286
Letónia	194
Irlanda	177
Estónia	91
Lituânia	61
Chipre	34
Luxemburgo	29
Malta	26

Quadro 3: Vantagens e desvantagens da utilização do DEUCP comunicadas pelos Estados-Membros

Vantagens	Estados-Membros
Redução esperada dos encargos administrativos para os fornecedores (incluindo PME)	República Checa, Grécia, Croácia, Chipre, Irlanda, Itália, Letónia e Lituânia
Redução esperada dos encargos administrativos para os adquirentes (incluindo PME)	Grécia, Irlanda, Itália e Lituânia
Melhor relação qualidade-preço decorrente da maior abertura do mercado e concorrência	Itália
Maior transparência para os fornecedores no que diz respeito aos critérios de exclusão e de seleção	Bélgica
Primeiro passo para atingir a interoperabilidade da contratação pública eletrónica em toda a UE	Portugal
Participação transfronteiriça mais fácil nos procedimentos de adjudicação de contratos públicos	Bélgica e Finlândia
CrITÉRIOS uniformes de exclusão e de seleção, numa lista exaustiva	Chipre, Finlândia e Portugal
Uniformização das autodeclarações a nível nacional e em toda a UE	Suécia
Processo de avaliação mais rápido, procedimento mais curto	Bélgica, Finlândia, Lituânia e Roménia
Redução marginal adicional em comparação com o sistema existente	Espanha e Países Baixos
Vantagens relacionadas com a disponibilização do serviço eletrónico	Bulgária, Finlândia, Hungria e Irlanda
Vantagens relacionadas com a disponibilização da conexão automática às plataformas de contratação pública ou registos eletrónicos	Finlândia e República Eslovaca

Desvantagens	Estados-Membros
O formulário é demasiado complicado	Áustria, Alemanha, Espanha, Finlândia e Polónia
O formulário é demasiado longo	Áustria, Alemanha e Espanha
Aumento dos encargos administrativos para os operadores económicos	Áustria, Dinamarca, Espanha e Polónia
Aumento dos encargos administrativos para as autoridades contratantes	Áustria, Dinamarca, Finlândia e Espanha
O formulário em papel é problemático, mas a situação pode melhorar com a versão eletrónica	Hungria
O DEUCP é um retrocesso em relação às autodeclarações utilizadas antes da sua introdução	Áustria, Alemanha, Espanha e Finlândia
Apresentação mais fácil para os operadores económicos de todos os documentos comprovativos desde o início do procedimento	Espanha e Polónia
O formulário é demasiado rígido	Dinamarca
Dificuldades na fase inicial para os adquirentes e os fornecedores	Grécia

Não utilização pela maioria dos operadores, fraca aceitação pelos fornecedores	Alemanha e Espanha
Difícil aceitação pelas partes interessadas, se o DEUCP não puder ser reutilizado para diferentes procedimentos	Malta